COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.079, DE 2016

Disciplina o pagamento em atraso de bolsas e auxílios com recursos públicos, e dá outras providências.

Autor: Deputado MÁRIO HERINGER

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

Analisa-se projeto de lei destinado a impor juros moratórios decorrentes de atrasos na quitação de bolsas e auxílios supridos por recursos públicos “nas áreas de ensino, extensão, pesquisa, tecnologia, inovação, desenvolvimento, treinamento, produtividade e intercâmbio”. Fixa-se, com esse intuito, o “acréscimo diário de um por cento do valor devido, a ser pago juntamente à parcela subsequente”.

Segundo a justificativa que acompanha o projeto, “o atraso de uma única parcela da bolsa implica na inadimplência de compromissos financeiros do bolsista que passarão a ser honrados com juros nos meses seguintes”. Na mesma linha de raciocínio, assinala o autor, “o bolsista dedica-se exclusivamente à atividade de pesquisa ou estudo não tendo outras fontes para custear suas despesas cotidianas”.

O prazo para apresentação de emendas foi encerrado sem que fossem apresentadas sugestões de alteração pelos parlamentares.

II - VOTO DA RELATORA

Sem dúvida é meritória e pertinente a iniciativa do Deputado Mário Heringer de assegurar a mínima segurança financeira ao bolsista cujas atividades são fomentadas com recursos públicos. É sabido que a situação dos bolsistas das agências de fomento brasileiras nunca foi das mais favoráveis. Como bem argumenta o nobre autor, além dos valores das bolsas não serem expressivos e tardarem demasiadamente a ser reajustados, inúmeros são os casos de atrasos no pagamento das mensalidades aos bolsistas.

Isto posto, entendemos que a proposição necessita de pequenos ajustes que a tornem mais equilibrada e razoável.

A taxa diária de um por cento sobre o valor devido, como penalidade decorrente do atraso nos pagamentos contemplados pelo projeto em epígrafe, não nos parece razoável e tampouco proporcional aos prejuízos causados pelo atraso do pagamento em si, sendo demasiado excessiva para a tutela a que se pretende impor.

Por essa razão, oferecemos substitutivo ao projeto de lei, em que se determina a extensão, aos pagamentos de que se cuida, das penalidades decorrentes de encargos cobrados pelo Estado no caso de atrasos na quitação de tributos. Tratando-se de ônus imposto ao Tesouro, parece-nos razoável que a ele se apliquem as mesmas penalidades a que se submetem os contribuintes, aproveitando-se, com esse intuito, a parte final do art. 406 da lei civil.

Assim, votamos pela aprovação do projeto em pauta, nos termos do substitutivo oferecido em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO DA RELATORA AO PROJETO DE LEI Nº 6.079, DE 2016

Disciplina o pagamento em atraso de bolsas e auxílios com recursos públicos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei disciplina o pagamento em atraso de bolsas e auxílios concedidos com recursos públicos, no Brasil e no exterior, nas áreas que determina.

Art. 2º. Sem prejuízo de atualização monetária estabelecida de acordo com índice oficial por ato administrativo específico, aplicam-se juros moratórios fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, no caso de atraso superior a dez dias incidentes sobre pagamentos de bolsas e auxílios concedidos com recursos públicos nas áreas de ensino, extensão, pesquisa, tecnologia, inovação, desenvolvimento, treinamento, produtividade e intercâmbio, independentemente de modalidade, finalidade ou beneficiário.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica:

I - à primeira parcela subsequente ao início da vigência do benefício ou às parcelas subsequentes à sua renovação;

II - na hipótese de atraso originado por ação ou omissão do beneficiário ou de seu orientador, tutor ou congênere.

Art. 3º. Até a publicação do ato previsto no art. 1º desta Lei, a atualização monetária será promovida de acordo com o maior índice relativo ao mês em que ocorra o atraso.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada FLÁVIA MORAIS

Relatora